

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.520 - SP (2019/0012299-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EDSON MARANA
AGRAVANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COOPERATIVAS AGRÍCOLAS, AGROPECUARIAS E AGROINDUSTRIAS NO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : MAURÍCIO VIANA PEREIRA - PR030695
CAROLINA SALAMONI VIANA PEREIRA E OUTRO(S) - PR071846
AGRAVADO : LUIZ RENATO SOUZA SALES
ADVOGADO : MARCOS CLAUDINEI PEREIRA GIMENES E OUTRO(S) - SP196071

DECISÃO

Cuida-se de agravo (artigo 1.042 do NCPC), interposto por EDSON MARANA e OUTRO contra decisão de inadmissão do recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 211, e-STJ):

Prescrição não corre na pendência de ação penal fundada no mesmo fato em que se funda a ação civil e até a sentença definitiva, que, na hipótese de transação penal com suspensão do processo, é a que declara extinta a punibilidade. Por isso e no caso, afasta-se o reconhecimento da prescrição e se anula a sentença.

Nas razões do especial (fls. 215/245, e-STJ), alega o insurgente, além de dissídio jurisprudencial, violação dos artigos 189, 200, 206 do Código Civil e 487, inciso II do Código de Processo Civil/15. Sustenta, em síntese, que "a regra do art. 200 incide apenas nos casos em que é incerta a existência do fato delituoso e da autoria, o que não ocorre no caso dos autos, uma vez que a ocorrência do fato e a presença do condutor demandado no acidente não são questionadas, pelo contrário, foram verificadas no próprio B.O. O Boletim de Ocorrência dá conta que os Recorrentes, ora Requeridos, não negam a ocorrência do acidente. Portanto, na data do fato (evento danoso), nasceu a pretensão pela reparação civil do Recorrido, inexistindo qualquer hipótese de suspensão do lapso temporal previsto pelo CC/02".

Sem contrarrazões (fl. 320, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 321/323, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) não foi demonstrada a alegada vulneração ao dispositivo arrolado; ii) incidência da Súmula 13 do STJ.

Daí o agravo (fls. 325/337, e-STJ), buscando destrancar o processamento do apelo especial, no qual a insurgente alega ter preenchido os pressupostos de admissibilidade. Refuta os óbices supracitados.

Contraminuta às fls. 340/349, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Cinge-se a controvérsia sobre à definição do termo inicial do prazo prescricional, considerado o previsto no art. 200 do atual Código Civil, assim redigido: *"Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva"*.

Sobre a temática, assim se manifestou a Corte de origem (fls. 211/212, e-STJ):

A pendência de inquérito policial ou de ação penal fundados no mesmo fato em que se funda a ação cível constitui causa suspensiva da prescrição até a "sentença definitiva" (Código Civil de 2002, art. 200).

Não a de homologação da transação penal com suspensão condicional do processo, sentença definitiva é a que extingue a punibilidade após a expiração do prazo "sem revogação" (Lei 9.099/95, art. 89, § 5º).

Assim é, primeiro, porque, com a declaração da extinção da punibilidade, o fato não mais receberá apreciação. Segundo, porque, revogada a suspensão por qualquer motivo, a ação penal prosseguirá e, ao contrário e em consequência, o fato receberá apreciação. Terceiro, porque prevalece sempre a definição do fato no âmbito penal (Código Civil de 2002, art. 935).

No caso, o acordo no Juízo Criminal data de 27 de fevereiro de 2015 (fls. 56/57) e a respeitável sentença de extinção da punibilidade, de 25 de agosto de 2015, como se vê do extrato do andamento na página do Tribunal na internet.

O termo final do triênio recairia em 25 de agosto de 2018 e, como o ajuizamento data de 21 de julho de 2017, a prescrição não se consumou e seu reconhecimento fica afastado.

Anula-se, pois, a respeitável sentença.

Outra será proferida após a instrução.

Consoante a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, incidirá a causa obstativa da prescrição prevista no artigo 200 do Código Civil quando a demonstração da culpa por parte do causador direto do dano deva ser apurada em processo criminal (inquérito ou ação penal).

Confirmam-se os precedentes, a propósito:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO. EXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL EM CURSO. ART. 200 DO CÓDIGO CIVIL. SENTENÇA CRIMINAL ABSOLUTÓRIA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. ART. 386, IV, DO CPP. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO NO JUÍZO CÍVEL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 1.525 DO CC/16 E 65 DO CPP. CULPA DO MOTORISTA. QUESTÃO IRRELEVANTE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA. COMPENSAÇÃO DO VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE SEGURO DPVAT (SÚMULA 246/STJ). AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ÓBICE DA SÚMULA 211/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. ÓBICE DA

SÚMULA 284/STF.

1. Controvérsia acerca da responsabilidade civil de uma empresa de ônibus por acidente fatal que vitimou um motociclista.
2. Alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, fazendo-se incidir o óbice da Súmula 284/STF.
3. Impedimento da fluência da prescrição durante o curso de processo criminal, 'ex vi' do disposto no art. 200 do Código Civil. Julgados desta Corte Superior.
4. Irrelevância da controvérsia acerca da culpa do motorista, pois o acórdão recorrido fundamentou a condenação na responsabilidade objetiva.

(...)

9. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(**AgInt nos EDcl no AgInt no REsp 1622531/CE**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 26/06/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO APELO EXTREMO - PRESCRIÇÃO AFASTADA - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A jurisprudência desta Corte assentou o entendimento de que a existência de processo criminal, no qual se apura a responsabilidade do motorista da empresa demandada pelo acidente, é causa impeditiva da prescrição, nos termos do artigo 200 do Código Civil: "Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". Incidência Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Não sendo a linha argumentativa apresentada pela agravante capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados na decisão agravada, essa deve ser mantida integralmente em seus próprios termos.

3. Agravo interno desprovido.

(**AgInt no REsp 1314427/MG**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 05/05/2017) [grifou-se]

CIVIL E PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INJÚRIA RELIGIOSA E RACIAL. AÇÃO PENAL. CAUSA IMPEDITIVA DA PRESCRIÇÃO. ART.200 DO CC/2002. OCORRÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 29/05/2013. Recurso Especial interposto em 20/05/2015 e atribuído a este Gabinete em 25/08/2016.

2. O propósito recursal consiste em determinar a legalidade na decretação da prescrição da pretensão de reparação dos danos morais suportados pelas recorrentes, considerando que o mesmo evento danoso pode ser compreendido como um fato típico e, portanto, crime, o que interromperia o prazo prescricional, nos termos do disposto no art. 200 do CC/2002.

3. O comando do art. 200 do CC/02 incide quando houver relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal, isto é, quando a conduta originar-se de fato também a ser apurado no juízo criminal, sendo fundamental a existência de ação penal em curso ou ao menos inquérito policial em trâmite.

4. Não é possível afastar a aplicação do art. 200 do CC/2002 em hipóteses que envolvam, além do pedido de indenização, discussões relacionadas à

existência de responsabilidade solidária entre o autor da ofensa e aquele que consta no polo passivo da controvérsia, em razão da relação de preposto.

5. Recurso especial conhecido e provido.

(**REsp 1.704.525/AP**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017) [grifou-se]

Assim, encontrando-se a decisão estadual em consonância com a jurisprudência desta Casa, inadmissível o apelo extremo no ponto, incidindo a Súmula 83 desta Corte.

2. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

